



Ideias que transformam

Projetos de Intervenção em Gestão Pública na Amazônia

Organizadora: Sandra Karolline de Melo Pontes Alves

2026





Ideias que transformam

Projetos de Intervenção em Gestão Pública na Amazônia

Autoras e autores:

Adson Saraiva da Silva
Aline Cibelle Moreira
Carlos Henrique Pereira de Souza
Diego Araújo Dos Reis
Diogo Reis Correia Emanuel
Tiago Sousa dos Santos
Gelmy Isaque João
Haiax Cauã Gomes Queiroz
Irislane de Andrade Coelho
Joana Dos Santos Nascimento
João Pedro Munhoz dos Santos
Joyce Mila Batista
Júlia Cavalcante Holanda
Leticia Siqueira Gamboa
Lívia Roberta Melo
Lucas Matos Rodrigues
Lucimara Sousa Brito
Maurício Galúcio da Costa
Nívea Suzane Lopes
Raíssa Amanda Neves De Amorim
Ruama Thaiza Sousa da Silva
Samille Maria Mota Silva

**Universidade Federal do Oeste do Pará
Bacharelado em Gestão Pública e Desenvolvimento Regional
Santarém-PA, 2026**

Grandes transformações começam com ideias que se recusam a permanecer no papel.

Nesta obra, estudantes do curso de Gestão Pública e Desenvolvimento Regional da Universidade Federal do Oeste do Pará (UFOPA), apresentam projetos construídos a partir dos desafios concretos da Amazônia, articulando planejamento, responsabilidade social e compromisso com o território.

Organizador(a):

Sandra Karolline de Melo Pontes Alves

Autoras e autores:

Adson Saraiva da Silva
Aline Cibelle Moreira
Carlos Henrique Pereira de Souza
Diego Araújo Dos Reis
Diogo Reis Correia Emanuel
Tiago Sousa dos Santos
Gelmy Isaque João
Haiax Cauã Gomes Queiroz
Irislane de Andrade Coelho
Joana Dos Santos Nascimento
João Pedro Munhoz dos Santos
Joyce Mila Batista
Júlia Cavalcante Holanda
Leticia Siqueira Gamboa
Lívia Roberta Melo
Lucas Matos Rodrigues
Lucimara Sousa Brito
Maurício Galúcio da Costa
Nívea Suzane Lopes
Raíssa Amanda Neves De Amorim
Ruama Thaiza Sousa da Silva
Samille Maria Mota Silva

Projeto de capa:

Joana Dos Santos Nascimento
Nívea Suzane Lopes

Apoio:

Universidade Federal do Oeste do Pará
Bacharelado em Gestão Pública e Desenvolvimento Regional

Copyright © 2026 Os autores.

Organização © 2026 Sandra Karolline de Melo Pontes Alves.

Esta obra está disponível em acesso aberto para fins acadêmicos e não comerciais. É permitida a reprodução e o compartilhamento do conteúdo, desde que citada a fonte e preservada a integridade do texto, sendo vedado o uso comercial sem autorização prévia.

ISBN: 978-65-83897-50-3

Apoio:



Dados Internacionais de Catalogação-na-Publicação (CIP) Sistema Integrado de Bibliotecas – SIBI/ UFOPA

I56

Ideias que transformam: projetos de intervenção em gestão pública na Amazônia / Organização de Sandra Karolline de Melo Pontes Alves. – Santarém (PA): Ufopa, 2026.
51 p.: il., color.

Inclui bibliografias.

ISBN 978-65-83897-50-3 (Livro Digital)

Obra coletiva resultante das Práticas Integradoras de Extensão (PIEX V e VI) do curso de Bacharelado em Gestão Pública e Desenvolvimento Regional da, Universidade Federal do Oeste do Pará (Ufopa). Reúne relato de experiências e projetos de intervenção em gestão pública na Amazônia.

1. Gestão pública - Amazônia - Projetos de intervenção. 2. Desenvolvimento regional - Extensão universitária. 3. Planejamento estratégico - Políticas públicas. 4. Sustentabilidade - Responsabilidade social. I. Alves, Sandra Karolline de Melo Pontes, org. II. Título.

CDD: 23 ed. 351.81509811

Bibliotecário - Documentalista: Mayco Ferreira Chaves – CRB/2 1357

SUMÁRIO

PREFÁCIO	4
CAPÍTULO 1	6
REFLORESTAMENTO COMO ESTRATÉGIA DE ADAPTAÇÃO ÀS MUDANÇAS CLIMÁTICAS: O CASO DE SANTARÉM	6
RESUMO	6
INTRODUÇÃO	7
DIAGNÓSTICO SITUACIONAL	8
PROPOSTA DE INTERVENÇÃO (PLANEJAMENTO)	10
PLANO DE AÇÃO	11
EXECUÇÃO DO PROJETO	11
RESULTADOS ALCANÇADOS	12
DIFICULDADES E APRENDIZADOS	14
ENCAMINHAMENTOS FUTUROS	15
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	15
CAPÍTULO 2	17
DESCARTE CONSCIENTE: COMBATENDO O LIXO NO CHÃO E SUAS CONSEQUÊNCIAS	17
AUTORES	17
RESUMO	17
INTRODUÇÃO	18
DIAGNÓSTICO SITUACIONAL	19
PROPOSTA DE INTERVENÇÃO (PLANEJAMENTO)	21
PLANO DE AÇÃO	22
EXECUÇÃO DO PROJETO	23
RESULTADOS ALCANÇADOS	23
DIFICULDADES E APRENDIZADOS	25
ENCAMINHAMENTOS FUTUROS	27
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	28
CAPÍTULO 3	30
DESAFIOS NO ACESSO À SAÚDE BÁSICA NAS COMUNIDADES INDÍGENAS DE SANTARÉM (PA)	30
AUTORES	30

RESUMO	30
INTRODUÇÃO	31
DIAGNÓSTICO SITUACIONAL	32
PROPOSTA DE INTERVENÇÃO (PLANEJAMENTO)	34
PLANO DE AÇÃO	34
EXECUÇÃO DO PROJETO	34
RESULTADOS ALCANÇADOS	35
DIFICULDADES E APRENDIZADOS	37
ENCAMINHAMENTOS FUTUROS	38
CAPÍTULO 4	42
ACESSO À DOCUMENTAÇÃO BÁSICA: CAMPANHAS DE EMISSÃO DE RG, CPF E CERTIDÕES PARA POPULAÇÕES EM SITUAÇÃO DE VULNERABILIDADE ..	42
AUTORES	42
RESUMO	42
INTRODUÇÃO	42
DIAGNÓSTICO SITUACIONAL	43
PROPOSTA DE INTERVENÇÃO	46
PLANO DE AÇÃO	48
EXECUÇÃO DO PROJETO	48
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	49
NOTA SOBRE OS AUTORES	50
ORGANIZAÇÃO	50

PREFÁCIO

Sandra Karolline de Melo Pontes Alves

Professora do curso de Gestão Pública e Desenvolvimento Regional (UFOPA)

E-mail: karolpontesstm@hotmail.com

A universidade pública, especialmente no contexto amazônico, assume um papel que ultrapassa os limites da sala de aula. Mais do que espaço de transmissão de conhecimentos, ela se constitui como território de diálogo, intervenção e compromisso social. É nesse horizonte que se inserem as Práticas Integradoras de Extensão (PIEX), componente formativo do curso de Gestão Pública e Desenvolvimento Regional da Universidade Federal do Oeste do Pará (UFOPA).

O PIEX é desenvolvido ao longo da formação acadêmica, a cada semestre, com propostas distintas e progressivas. No percurso específico que fundamenta este livro, os componentes curriculares PIEX V e PIEX VI foram articulados de forma integrada. No PIEX V, os estudantes dedicaram-se à elaboração de diagnósticos situacionais e à construção detalhada de propostas de intervenção. Esse momento concentrou-se no planejamento: análise de problemas públicos, levantamento de dados, fundamentação teórica, definição de objetivos e estruturação de planos de ação.

Já no PIEX VI, deu-se continuidade às propostas elaboradas anteriormente, com foco na adaptação e execução das intervenções consideradas viáveis no contexto institucional e territorial. Esse movimento entre planejar e executar constitui um eixo estruturante da formação em Gestão Pública, pois aproxima o estudante das complexidades da realidade social e administrativa, exigindo tomada de decisão, criatividade, flexibilidade e compromisso ético.

Os projetos foram desenvolvidos sob orientação docente, em processo contínuo de acompanhamento, reflexão crítica e avaliação formativa, reforçando o compromisso pedagógico da disciplina com a formação prática em Gestão Pública e Desenvolvimento Regional.

A obra *Ideias que Transformam: Projetos de Intervenção em Gestão Pública na Amazônia* reúne experiências construídas nesse processo formativo. Os projetos aqui apresentados abordam temas como reflorestamento urbano, descarte consciente de resíduos, acesso à saúde indígena e ampliação da documentação civil para populações em situação de vulnerabilidade. Cada proposta nasce da leitura atenta do território amazônico e da

compreensão de que os desafios regionais exigem soluções contextualizadas, sensíveis às especificidades sociais, culturais e ambientais da região.

O título da obra expressa a convicção de que a transformação social começa com a capacidade de analisar criticamente a realidade e formular intervenções responsáveis. Ainda que nem todas as propostas tenham avançado para a etapa de execução, todas representam exercício qualificado de planejamento público, compromisso social e amadurecimento acadêmico. Cada capítulo reflete, portanto, não apenas um produto técnico, mas um processo formativo que integra teoria e prática.

Ao registrar essas experiências, este livro reafirma a importância da extensão universitária como prática estruturante da formação dos alunos. A aproximação entre universidade e sociedade fortalece a produção de conhecimento comprometido com o desenvolvimento regional e com a construção de políticas públicas mais inclusivas e sustentáveis na Amazônia.

Que esta obra inspire novas turmas, novas intervenções e novas ideias capazes de transformar realidades, sempre com responsabilidade técnica, sensibilidade social e compromisso com o território amazônico.

Boa leitura!

Sandra Karolline de Melo Pontes Alves

Santarém-PA, 24 de Fevereiro de 2026.

CAPÍTULO 1

REFLORESTAMENTO COMO ESTRATÉGIA DE ADAPTAÇÃO ÀS MUDANÇAS CLIMÁTICAS: O CASO DE SANTARÉM

AUTORES:

Carlos Henrique Pereira de Souza

Gelmy Isaque João

Irislane de Andrade Coelho

Joyce Mila Batista

Leticia Siqueira Gamboa

Maurício Galúcio da Costa

RESUMO

Diante de um cenário cada vez mais desafiador e com constantes temperaturas elevadas em todo o globo terrestre, os conglomerados urbanos tornam-se “bolhas de calor”, de acordo com dados da CBN (Central Brasileira de Notícias) o ano de 2024 foi o ano mais quente do planeta em 175 anos e as cidades amazônicas são as mais afetadas. Em face a esta realidade, o objeto de estudo deste trabalho é a cobertura vegetal e as áreas que poderiam ser reflorestadas na cidade de Santarém, no Pará, localizada no coração da Amazônia. Duas zonas serão trabalhadas, a primeira é a Avenida Doutor Anísio Chaves, avenida esta que corta o centro da cidade, com um extenso meio fio que em muitas partes não apresenta qualquer arborização, já a segunda é na área do entorno do igarapé/lago do Mapiri, uma parte da cidade abandonada pelo poder público que poderia servir para o lazer e recreação, da população que ali reside. Portanto, mediante os desafios apresentados, o impacto esperado deste trabalho é a definição de um projeto de intervenção situacional nas áreas mencionadas, com planos para arborização, acessibilidade e lazer, garantindo áreas com cobertura vegetal e conforto térmico em resposta à degradação. A versão de execução foi organizada de modo a trabalhar de forma didática com as turmas selecionadas (1º, 3º e 5º ano), integrando os dois projetos, Reflorestamento e Descarte Consciente, em uma única proposta educativa. A abordagem conjunta busca enfatizar a importância da relação entre o descarte correto dos resíduos e a preservação ambiental por meio da arborização, permitindo que as crianças compreendam como essas práticas se complementam no cuidado com o meio ambiente.

Palavras-Chave: Reflorestamento urbano; Mudanças climáticas; Desenvolvimento sustentável.

INTRODUÇÃO

O avanço desordenado da urbanização e a intensificação das mudanças climáticas têm contribuído significativamente para o aumento das temperaturas nas cidades, fenômeno conhecido como “ilhas de calor urbanas”. Esses efeitos são ainda mais intensos em áreas onde há escassez de cobertura vegetal, falta de planejamento urbano e negligência quanto à preservação ambiental. Segundo dados divulgados pela Central Brasileira de Notícias (CBN), o ano de 2024 foi o mais quente dos últimos 175 anos, revelando uma tendência alarmante de elevação térmica global, com destaque para a vulnerabilidade das cidades localizadas na região amazônica. Neste contexto, a cidade de Santarém, no estado do Pará, situada em pleno bioma amazônico, enfrenta desafios crescentes relacionados à sustentabilidade urbana e ao bem-estar de sua população.

Apesar de estar inserida em uma das regiões mais biodiversas do planeta, Santarém sofre com a falta de arborização em áreas centrais e com o abandono de espaços naturais que poderiam ser aproveitados para o lazer, a recreação e a melhoria do microclima urbano. Diante desse cenário, o presente trabalho tem como objetivo analisar a cobertura vegetal e identificar áreas potenciais para reflorestamento urbano, com foco em duas zonas específicas: a Avenida Doutor Anísio Chaves, importante eixo viário com baixa arborização, e o entorno do igarapé/lago do Mapiri, espaço natural subutilizado e carente de infraestrutura adequada.

A partir do diagnóstico dessas áreas, pretende-se propor um projeto de intervenção situacional que contemple ações de arborização, acessibilidade e criação de espaços de convivência, contribuindo para a mitigação dos efeitos das ilhas de calor, a valorização ambiental e a qualidade de vida da população local. O plano municipal de arborização urbana de Santarém, a lei nº 21.871/2022 estabelece diretrizes aplicadas a projetos de reflorestamento na cidade de Santarém, por ser uma lei recente exemplifica o atraso do município nesta questão e a ausência de um consenso entre o governo, sociedade civil e a academia em relação a medidas que precisam ser feitas para o ganho de escala da restauração florestal.

Ao analisarmos políticas públicas em outros lugares como por exemplo o “Refloresta Rio”, o programa de reflorestamento da cidade do Rio de Janeiro que até o ano de 1986 sofria com grandes áreas sem cobertura vegetal, até em pontos famosos hoje em dia como o Pão de Açúcar e o Morro do São José Operário, apresentam projetos de êxito no reflorestamento

urbano e cobertura vegetal.

DIAGNÓSTICO SITUACIONAL

Este diagnóstico foi realizado em duas áreas da cidade de Santarém sendo elas: canteiro central da Avenida Doutor Anísio Chaves (Figura 1) e Orla do Mapiri, dois lugares com populações diferentes socioeconomicamente mas que enfrentam o mesmo dilema, a falta de arborização. O primeiro está na zona central, onde há uma grande concentração de renda, casas luxuosas, agências e órgãos públicos como a prefeitura e a câmara de vereadores, o que em tese deveria ser um referencial na arborização.

Figura 1 - Imagem panorâmica da área estudada na Av. Anísio Chaves



Fonte: Prefeitura Municipal de Santarém (2025)

Já o segundo em uma área periférica na zona norte da cidade com uma população majoritariamente de baixa renda e onde já houveram programas governamentais para habitação (Figura 2). A coleta de informações e dados se deu por visitas in loco em ambos os lugares com observação e entrevistas livres com pessoas que estavam pelo local e relataram como conviviam com as altas temperaturas e o descaso do poder público sobre as mudanças climáticas, além de dados secundários através do SIDRA no Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

De acordo o IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) no que refere-se ao meio ambiente em Santarém, a cidade apresenta 38,1% de domicílios com esgotamento sanitário adequado, 43,3% de domicílios urbanos em vias públicas com arborização e 7,8% de domicílios urbanos em vias públicas com urbanização adequada (presença de bueiro, calçada,

pavimentação e meio-fio). Tais índices evidenciam o atraso do município nas questões ambientais. Portanto, faz-se necessário políticas públicas nessa região que se voltem para o meio ambiente e o bem estar das pessoas que residem nessas localidades.

Figura 2 - Imagem da orla do Mapiri, com a placa vandalizada



Fonte: Os autores (2025)

Os que mais sofrem são as crianças e os idosos com o calor intenso e falta de sombras ao saírem na rua (Figura 3), segundo dados da Organização das Nações Unidas (ONU) apesar de estarmos na maior floresta tropical do mundo, as cidades da Amazônia são as que mais sofrem com as mudanças climáticas e até 2050 será a região com as cidades mais quentes. Outrossim, a arborização deve ser levada em consideração, mas não apenas a arborização, a preservação e a conservação são pilares essenciais para que essa situação mude.

Figura 3 - Imagem da orla do Mapiri



Fonte: Os autores (2025)

PROPOSTA DE INTERVENÇÃO (PLANEJAMENTO)

Desde do início de sua fundação, a proposta de ensino da UFOPA é ser interdisciplinar, portanto a proposta de intervenção diante dos impactos provenientes das mudanças sentidas pela cidade é propor uma ação integrada de reflorestamento e de educação ambiental, tendo o curso de Gestão Pública e Desenvolvimento Regional como gestor desta ação, com parcerias com outros cursos da UFOPA, como Gestão Ambiental, Licenciatura e Bacharelado em Ciências Biológicas e cursos afins para que haja estratégias de intervenção mais eficientes nas áreas propostas de estudo.

Dessa forma, este projeto se propõe a promover estratégias de plantio em áreas que não tem cobertura vegetal. Outro ponto, é realizar oficinas e cursos voltados para a questão de como enfrentar as consequências das mudanças climáticas, práticas de manutenção de podas e reflorestamento. Além de produzir cartilhas físicas e virtuais para visualização das demandas e resoluções propostas dentro das oficinas e o projeto em geral. Sendo assim, este projeto se foca em trazer elementos para que as construções de infraestrutura de pavimentação (como praças, orlas, mirantes, calçadas, entre outros) de Santarém tenham soluções de cobertura vegetal, além de educação ambiental para que a sociedade santarena possa ter uma participação social nesta questão.

Além disso, a proposta se torna aplicável devido ser adaptável de acordo com as necessidades da população que reside em torno das infraestruturas de pavimentos contempladas neste projeto. Para isso, este projeto tem como duração de 6 (seis) a 12 (doze) meses. Portanto, dependendo das ações e das respostas da ação integralizada, poderá ser replicada como criação de núcleos de reflorestamento. Neste contexto, a integração entre a universidade e comunidade civil promove participação ativa dos atores sociais para que as políticas de urbanização do município de Santarém possam contemplar ações de resiliência local às mudanças climáticas.

Dessa forma, a proposta traz contribuições de melhoria no clima onde o concreto e o asfalto imperam, fortalecimento de práticas de cidadania ambiental, geração de atividades coletivas para as comunidades, atrativo de geração de renda tanto para atividades econômicas socioambientais como também atraindo empreendimentos para os locais. Nesta proposta serão duas áreas contempladas, tendo como principal área a Avenida Doutor Anísio Chaves e a outra área sendo a orla do Mapiri.

A escolha destes equipamentos se justifica pela intensa urbanização e contraste entre a falta de cobertura vegetal e melhor aproveitamento destas áreas. Com isso, os locais para reflorestamento nessas áreas terão critérios ambientais definidos entre os cursos integrados com a comunidade local, as oficinas serão realizadas tanto nos espaços da UFOPA como em espaços comunitários de fácil acesso para a comunidade envolvida. Portanto, as ações desta proposta visam engajar todos os comunitários dessas localidades como também ser uma fonte de inspiração para que a população santarena busque por melhorias nos espaços públicos da cidade em resposta ao enfrentamento às mudanças no ambiente.

PLANO DE AÇÃO

As ações planejadas incluem:

- Roda de conversa de escuta ativa no bairro Mapiri (Agosto/2025);
- Caminhada de conscientização ambiental no Mapiri e na Anísio Chaves (Agosto/2025);
- Oficina 'Plantando o Futuro' voltada para crianças e adolescentes (Setembro/2025);
- Construção do corredor ecológico na Avenida Anísio Chaves;
- Realização da Feira Verde para troca de mudas e saberes ambientais (Setembro/2025).

EXECUÇÃO DO PROJETO

Foram realizadas adaptações de modo a alcançar o objetivo principal que é o reflorestamento. O objetivo da execução foi realizar, de forma integrada entre os dois projetos (Reflorestamento e Descarte Consciente), atividades educativas que sensibilizassem crianças sobre a importância da arborização como estratégia de preservação ambiental e do descarte adequado dos resíduos. A ação foi proposta em uma escola pública municipal, de educação infantil, na comunidade de São Braz, na cidade de Santarém, Pará. E cada turma ficou responsável por adotar uma muda plantada durante a atividade prática, comprometendo-se a cuidar dela ao longo do ano letivo.

Cada muda recebeu uma plaquinha identificadora, contendo: Nome da espécie plantada; Nome do projeto; Ano da execução. Essa iniciativa buscou fortalecer o sentimento de pertencimento e responsabilidade das crianças, estimulando a continuidade das práticas ambientais no ambiente escolar e reforçando a aprendizagem por meio da vivência direta. O

trabalho foi desenvolvido com turmas de 20 a 30 crianças na escola escolhida. Assim, essas adaptações foram necessárias considerando o tempo disponível, os recursos acessíveis e o contexto da escola, garantindo uma execução simples, clara e pedagógica, capaz de envolver as crianças e gerar impacto real no cotidiano escolar.

RESULTADOS ALCANÇADOS

A execução do projeto ocorreu na Escola Boa Ventura Queiroz, na comunidade de São Braz (Figura 4), contemplando três turmas: 1º, 3º e 5º ano. Ao todo, aproximadamente 186 crianças foram atendidas pelas atividades dos dois projetos integrados: Descarte e Reflorestamento. Para garantir melhor aproveitamento do tempo e organização pedagógica, o horário foi dividido entre os grupos, permitindo que cada turma participasse das duas ações de forma equilibrada. As atividades iniciaram com palestras educativas, adaptadas à faixa etária das turmas, abordando a importância do descarte correto dos resíduos sólidos, os impactos do lixo na natureza e a relevância do reflorestamento para o equilíbrio ambiental.

Figura 4 - Fachada do muro da E.M.E.F Boaventura Queiroz, localizada na Comunidade de São Braz, do Município de Santarém/PA



Fonte: Os autores (2025)

As crianças demonstraram grande interesse, participando com perguntas e relatos do cotidiano. Em seguida, foi realizada a atividade de plantio, onde as turmas participaram do plantio de algumas mudas selecionadas, reforçando de maneira prática a mensagem de cuidado com o meio ambiente e valorização da arborização (Figura 5). Os alunos acompanharam o processo de preparo do solo, plantio e rega, vivenciando uma experiência significativa e pedagógica. Ao final das atividades, realizamos um momento de integração e confraternização com a distribuição de lanche para todas as turmas.

Figura 5 - Atividade Prática de Plantio com os alunos da E.M.E.F Boaventura Queiroz



Fonte: Os autores (2025)

Também foram entregues lixeiras de coleta seletiva para a escola, com o objetivo de incentivar a continuidade das práticas de reciclagem e educação ambiental na rotina escolar. O evento foi encerrado com agradecimentos à equipe escolar, aos alunos e aos colaboradores que contribuíram para a realização da ação (Figura 6). A receptividade da comunidade escolar foi extremamente positiva, refletindo o impacto social e educativo da intervenção.

Figura 6 - Apresentação sobre Reflorestamento para os alunos do 5º ano da E.M.E.F Boaventura Queiroz



Fonte: Os autores (2025)

O reflorestamento urbano em Santarém é fundamental para a qualidade de vida da população e para a preservação ambiental da cidade, que se destaca por sua rica biodiversidade amazônica. A expansão urbana desequilibrada trouxe desafios, como a redução das áreas verdes, aumento das ilhas de calor e diminuição da permeabilidade do solo. Implantar projetos de reflorestamento nas áreas urbanas traz diversos benefícios, como a melhoria do clima, aumento da sombra, proteção dos mananciais e o fortalecimento da fauna urbana. Além disso, ações desse tipo ajudam a sensibilizar a comunidade para a importância da sustentabilidade e da participação coletiva. Contudo, reforça-se que o envolvimento da administração pública, escolas e moradores é essencial para garantir que Santarém cresça de forma equilibrada, sustentável e mais verde. Apostar no reflorestamento urbano é investir no presente e no futuro da cidade.

DIFICULDADES E APRENDIZADOS

Primeiramente, o desafio da logística. A distância do Campus Tapajós da UFOPA até a Comunidade de São Braz é aproximadamente de 13,7 km. Para cumprir as etapas de execução do projeto na escola escolhida, tivemos que reunir esforços para que os materiais

utilizados se encontrassem na UFOPA antes do dia de execução. Esse aprendizado de planejamento foi primordial para que possíveis atrasos, possíveis não entrega de material e entre outros não comprometessem a execução.

Com os materiais armazenados na UFOPA um dia antes da realização do projeto, permitiu um checklist do que tínhamos e do que precisaríamos repor no dia seguinte. O que não foi necessário, pois cumprimos essa etapa, mesmo com os desafios de tempo, de logística e entre outros. No que se refere a execução da atividade, o principal aprendizado foi a troca de interação entre alunos e o conteúdo apresentado.

Isso porque era um desafio muito grande, desde em como preparar os conteúdos da apresentação de reflorestamento e descarte de resíduos para diferentes faixas etárias da educação básica e da didática utilizada entre os alunos. Desse modo, por mais que a gente tenha planejado em cada detalhe da execução, no dia tivemos que lidar com imprevistos, com dificuldades pedagógicas, com o controle dos alunos nas atividades. Entretanto, o apoio dos professores e da diretoria da escola foram fundamentais para a execução das atividades para que essas dificuldades encontradas fossem superadas.

ENCAMINHAMENTOS FUTUROS

Com o apoio da Coordenação do curso de Gestão Pública e Desenvolvimento Regional e possíveis parcerias com os outros cursos da UFOPA, principalmente da área de Educação e da área Ambiental, esta ação pode se tornar um Projeto Itinerante entre as escolas e outras instituições do município como um Projeto de Extensão do curso. Dessa forma, ampliaria na captação de recursos e materiais necessários para que o projeto se aplique nas demais comunidades do município como forma de resposta ao enfrentamento as mudanças climáticas e ao descarte correto de resíduos sólidos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BECKER, Guilherme. Natureza e meio ambiente. DW BRASIL. Disponível em: < <https://www.dw.com/pt-br/a-cidade-mais-quente-do-brasil/audio-71599507> >. Acesso em: 02/06/2025.

MENEGASSI, Duda. Reportagens. ECO. Disponível em: < <https://oeco.org.br/reportagens/programa-de-reflorestamento-do-rio-faz-35-anos-co-desafio-ampliar-atuacao-e-recompor-equipe/> >. Acesso em: 02/06/2025.

PREFEITURA DO RIO. Disponível em: <<https://prefeitura.rio/meio-ambiente/programa-de-reflorestamento-da-prefeitura-do-rio-plantou-mais-de-360-mil-mudas-nos-ultimos-tres-anos/>> Acesso em: 02/06/2025.

PREFEITURA DE SANTARÉM. Portal da Transparência. Disponível em: <<https://santarem.pa.gov.br/noticias/gerais/prefeitura-de-santarem-conclui-asfaltamento-da-avenida-anysio-chaves-463864f40c10-7570-4f5a-ad6a-2ecc632a8ece>>. Acesso em: 02/06/2025.

ROSA, Leopoldo. Meio Ambiente. CBN. Disponível em: <<https://cbn.globo.com/podcasts/cbn-energia/noticia/2024/11/11/mudancas-climaticas-ja-sao-principal-preocupacao-de-empresarios.ghtml>> Acesso em: 02/06/2025.

CAPÍTULO 2

DESCARTE CONSCIENTE: COMBATENDO O LIXO NO CHÃO E SUAS CONSEQUÊNCIAS

AUTORES

Adson Saraiva da Silva
Aline Cibelle Moreira
Diogo Reis Correia
Lucas Matos Rodrigues
Lucimara Sousa Brito
Samille Maria Mota Silva

RESUMO

O descarte inadequado de lixo nos arredores de escolas públicas em Santarém-PA é um problema crítico, afetando a saúde pública e o meio ambiente, especialmente entre crianças de até 6 anos, que estão em fase crucial de formação de hábitos. Observa-se acúmulo de resíduos nas ruas próximas à escola, refletindo a falta de conscientização e infraestrutura adequada. Promover a educação ambiental por meio de intervenções lúdicas e práticas, visando reduzir o lixo no chão, incentivar o descarte correto e sensibilizar crianças, professores e famílias sobre os impactos ambientais e sanitários. O projeto propõe oficinas interativas com atividades lúdicas (como contação de histórias e jogos), criação de materiais didáticos adaptados à faixa etária e implantação de pontos de coleta seletiva na escola e em seu entorno. A abordagem busca engajar as crianças como agentes multiplicadores, incentivando mudanças de comportamento em suas casas. A proposta desta intervenção é fomentar, por meio de atividades lúdicas e viáveis, a reflexão sobre o descarte irregular do lixo e suas consequências para crianças nos primeiros anos escolares. O objetivo é fazer com que elas compreendam o impacto que um “simples lixo” pode causar no ambiente e em sua escola. A educação ambiental, prevista por lei em todo o território brasileiro, deve ser implementada também em Santarém, com ações adaptadas à realidade cotidiana das crianças.

Palavras-Chave: Educação ambiental; Gestão de resíduos; Conscientização cidadã.

INTRODUÇÃO

A educação ambiental na primeira infância é um pilar fundamental para a formação de cidadãos conscientes e responsáveis. O projeto Descarte Consciente surge da necessidade urgente de abordar um problema recorrente em escolas e comunidades de Santarém-PA: o descarte inadequado de lixo, que se acumula nos arredores das instituições de ensino, afetando diretamente a saúde das crianças, o meio ambiente e a qualidade de vida da população. Em uma região onde as chuvas intensas agravam a situação, entupindo bueiros e espalhando resíduos, a exposição das crianças a esses resíduos representa um risco sanitário e um desafio educacional.

A escolha desse tema se justifica por sua relevância social e local, uma vez que a falta de conscientização sobre o descarte correto perpetua ciclos de poluição e degradação ambiental. O projeto se concentra em crianças de até 6 anos, fase crucial para a internalização de hábitos sustentáveis, buscando despertar nelas uma consciência ecológica e cidadã. Além disso, visa promover uma ação integrada entre escola, família e comunidade, criando um ciclo de boas práticas que se estenda além do ambiente escolar.

O problema ocorre principalmente nas imediações de escolas públicas, onde o lixo descartado irregularmente, desde cascas de bombons até garrafas plásticas, se acumula, atraindo animais e contribuindo para enchentes e proliferação de doenças. As crianças, em contato direto com esses resíduos, tornam-se as mais vulneráveis, reforçando a necessidade de uma intervenção educativa que transforme sua percepção sobre o lixo e seus impactos.

A Educação Ambiental é cada vez mais importante nas escolas, mas ainda falta uma abordagem clara sobre o que e como ensinar. É essencial trabalhar não só o conhecimento, mas também as emoções, as atitudes e as ações práticas das crianças em relação ao meio ambiente. De acordo com Leff (2001, p. 218), o desenvolvimento de programas de educação ambiental e a conscientização de seus conteúdos depende deste complexo processo de emergência e constituição de um saber ambiental, capaz de ser incorporado às práticas docentes e como guia de projetos de pesquisa.

O processo de educação ambiental, deve ocorrer nas escolas, contribuindo para uma formação consciente e preocupada com a temática ambiental. Por isso, é fundamental desenvolver projetos que incentivem a consciência ecológica, ajudando os alunos a entender a importância da natureza e a adotar hábitos mais sustentáveis no seu dia a dia. Através de projetos, palestras, oficinas e saídas a campo. Afinal, cuidar do planeta vai além de aprender sobre ele – é preciso agir (Ross; Becker, 2012).

Em Santarém, assim como em todo o Brasil, a educação ambiental é regulamentada pela Lei nº 9.795/1999, que institui a Política Nacional de Educação Ambiental (PNEA). A Lei 9.795 define a educação ambiental como o processo que contribui para a construção de valores, conhecimentos, habilidades, atitudes e competências, visando a conservação do meio ambiente. A Lei nº 19.941, promulgada em 17 de dezembro de 2015, institui a Política Municipal de Resíduos Sólidos de Santarém.

Esta legislação representa um marco fundamental para a gestão de resíduos no município, estabelecendo diretrizes, objetivos e responsabilidades para os diversos atores envolvidos, desde o poder público até os cidadãos e empresas. A lei busca orientar as ações relacionadas à coleta, transporte, tratamento e destinação final dos resíduos sólidos urbanos, industriais, da construção civil, entre outros gerados no município. A existência desta política demonstra o reconhecimento, por parte do município, da necessidade de um instrumento legal específico para lidar com a complexidade da gestão de resíduos.

DIAGNÓSTICO SITUACIONAL

A questão do lixo em Santarém é um problema visível e alarmante, que afeta todos os bairros da cidade. Ruas, praças e áreas públicas estão repletas de resíduos como sacolas de salgadinhos, embalagens de biscoitos, materiais de construção e outros detritos, evidenciando a falta de consciência ambiental da população. Mesmo com a presença de lixeiras, é comum ver adultos descartando lixo incorretamente, ignorando as consequências desse ato. Essa realidade não só prejudica a estética urbana, mas também gera impactos ambientais graves, especialmente no período chuvoso, quando o lixo é arrastado pelas águas, entupindo bueiros e poluindo rios.

O descarte inadequado reflete uma cultura de desrespeito ao meio ambiente, que já ultrapassou o limite da simples instalação de lixeiras. É necessário ir além, promovendo ações educativas e políticas públicas eficazes que mudem comportamentos. Enquanto os adultos perpetuam maus hábitos, as crianças, em fase de formação cidadã, representam uma esperança para a transformação. Elas estão em um momento crucial de aprendizado, absorvendo noções de certo e errado, e podem ser incentivadas a desenvolver responsabilidade ambiental desde cedo.

A falta de consciência sobre o descarte correto do lixo é um problema grave, principalmente em bairros recém-formados que ainda estão em processo de urbanização. Um exemplo é o bairro Vista Alegre do Juá, na zona urbana, onde a coleta de lixo não é bem organizada (Figura 7). Os caminhões passam apenas pela rua principal, deixando muitas vias sem atendimento. Com isso, o acúmulo de lixo no chão é significativo. É comum ver pessoas, especialmente crianças voltando da escola, jogando sacolas de salgadinhos, garrafas PET, canudos e outros resíduos no chão. Quando chove, a água carrega esse lixo para as casas mais baixas e, como as ruas levam ao rio Tapajós, todo esse material acaba poluindo suas águas.

Figura 7 - Lixo a céu aberto



Fonte: Os autores (2025)

Andando pelo bairro, nota-se lixo acumulado nos cantos das ruas e nos pontos de coleta, onde os resíduos são colocados sem nenhuma separação. Muitas vezes, sacolas de lixo doméstico são deixadas na rua, e animais como urubus e cães rasgam os sacos, espalhando os detritos. Quando isso acontece, as pessoas não se sentem mais responsáveis por recolher, deixando o lixo exposto. Com o crescimento do bairro e a construção de novas casas e empreendimentos, a quantidade de lixo nas ruas só aumenta.

Figura 8 - Placa de conscientização



Fonte: Os autores (2025)

No entanto, nem tudo é falta de educação: há pontos com placas informando os dias e horários de coleta, além de avisos contra o descarte irregular (Figura 8). Algumas mensagens até ameaçam denunciar nas redes sociais quem jogar lixo fora do horário. Porém, sem conscientização cidadã e ecológica, as pessoas continuam sem entender os impactos do lixo mal descartado. Por isso, é essencial promover ações de educação ambiental, começando pelas crianças nas escolas, para formar cidadãos mais responsáveis no futuro.

PROPOSTA DE INTERVENÇÃO (PLANEJAMENTO)

A proposta desta intervenção é fomentar, por meio de atividades lúdicas e viáveis, a reflexão sobre o descarte irregular do lixo e suas consequências para crianças nos primeiros anos escolares. O objetivo é fazer com que elas compreendam o impacto que um "simples lixo" pode causar no ambiente e em sua escola. A educação ambiental, prevista por lei em todo o território brasileiro, deve ser implementada também em Santarém, com ações adaptadas à realidade cotidiana das crianças.

O foco principal deste projeto é a primeira infância, fase em que as crianças estão mais abertas a novas descobertas e podem desenvolver a consciência sobre os impactos de seus atos. Queremos incentivá-las a pensar antes de jogar lixo no chão, dentro e fora da escola, mostrando que os resíduos podem ter outras finalidades e que um simples descarte incorreto (como uma casca de bombom) pode afetar sua vida, sua família e toda a comunidade. Como as crianças ainda não têm uma visão ampla sobre futuro e consequências, as atividades serão coletivas, interativas e sensoriais, permitindo que elas toquem, ouçam e se expressem.

Dessa forma, elas começam a entender que têm voz e podem contribuir para mudanças positivas. Foram elaborados planos de aula flexíveis, que podem ser adaptados para diferentes contextos escolares, comunitários ou associativos, considerando a realidade local e a possível falta de recursos. As atividades são de fácil compreensão e execução, utilizando materiais acessíveis. O tema foi escolhido pela sua urgência: enquanto é mais difícil mudar hábitos em adolescentes e adultos, as crianças estão em fase de formação cidadã. A escola é o espaço onde elas começam a entender seus deveres perante a sociedade, tornando-se o ambiente ideal para a mudança de comportamentos.

PLANO DE AÇÃO

As ações planejadas incluem: atividades com ação conjunta entre escola e comunidade.

Envolvendo:

- Alunos: Atividades práticas e reflexivas sobre descarte consciente.
- Pais e funcionários Integração na conscientização, reforçando a mudança de hábitos.
- Comunidade: Elaboração de planos de ação, como:
- Instalação de lixeiras seletivas (caso não existam).
- Criação de placas informativas sobre descarte correto.
- Ações externas para reduzir o lixo nas ruas.

Transformar a visão que as crianças têm sobre o lixo, capacitando-as para serem agentes de mudança dentro de casa e na comunidade. Dessa forma, o projeto não só combate o descarte irregular, mas também fortalece a cidadania desde a infância.

EXECUÇÃO DO PROJETO

O objetivo da execução foi colocar em prática o projeto elaborado no PIEX V, realizando as adaptações necessárias para melhor atender à realidade do local escolhido. A unidade prioritária para a intervenção será a Escola Boa Ventura Queiroz, na comunidade de São Braz. Foi realizado um estudo prévio da localidade para compreender o contexto e as necessidades específicas da escola, permitindo que o projeto seja adequadamente contextualizado. O projeto tem como foco principal conscientizar as crianças sobre a importância da preservação ambiental, demonstrando como o descarte correto é uma solução viável e como o lixo descartado indevidamente impacta diretamente suas vidas e sua realidade social.

A estratégia central consistiu na realização de palestras objetivas, mostrando que o lixo tem solução e pode ser transformado. O intuito foi modificar a percepção das crianças sobre os resíduos, apresentando uma visão clara e realista dos problemas e, em conjunto com elas, buscar possibilidades de soluções. O trabalho foi desenvolvido com turmas de 20 a 30 crianças. Visando despertar a conscientização sobre os danos causados pelo lixo jogado em locais inadequados e como essa prática pode colocar em risco o futuro delas e de suas famílias.

RESULTADOS ALCANÇADOS

A execução do projeto ocorreu na manhã do dia 5 de novembro de 2025, na Escola Boa Ventura Queiroz, localizada na comunidade de São Braz. Todas as etapas previstas no cronograma foram cumpridas, incluindo reuniões preparatórias, visita ao local, alinhamento com a escola, entrega dos termos de imagem e organização dos materiais didáticos e lúdicos. Tivemos alguns contratemplos, mas conseguimos resolvê-los a tempo.

Inicialmente, seriam atendidos 186 alunos, mas realizamos ajustes no número para melhor atender, uma vez que havia incertezas sobre a ajuda financeira para custear os gastos. Dessa forma, reduzimos para 96 alunos, um número mais prático de trabalhar. Foram três turmas: uma do 1º ano, uma do 3º ano e uma do 5º ano. Desse total, conseguimos atender fielmente essa quantidade de alunos.

Com o número menor de alunos, houve maior facilidade para trabalhar. O diálogo foi mais próximo e a troca com as crianças foi bastante agradável. A recepção da escola e dos alunos foi muito positiva. Foi enriquecedor ouvir suas experiências do dia a dia, não apenas

falar para eles, mas criar um diálogo construtivo a partir de suas realidades. Os professores também foram receptivos, o que permitiu que a equipe de arborização e a nossa realizassem as apresentações sem problemas.

Dentre as ações realizadas destacamos (Figura 9 a 11): Palestra interativa sobre descarte correto de resíduos, com exemplos visuais e perguntas diretas às crianças, ouvindo suas experiências e histórias; Atividade lúdica com jogos e demonstração de materiais recicláveis e não recicláveis do cotidiano; Dinâmicas de separação do lixo, com participação ativa dos alunos, colocando resíduos simbólicos nas lixeiras corretas; Conversas sobre como a separação pode ser feita em casa, colocando os alunos como protagonistas; Distribuição de lanches para todos os alunos; Entrega de certificados de participação a todos os alunos, como forma de agradecimento; Apresentação lúdica e plantio de mudas em locais da escola pela equipe de arborização; Doação de lixeiras para que a escola implemente a coleta seletiva.

Figura 9 - Certificado da atividade para os alunos da escola



Fonte: Os autores (2025)

Figura 10 - Atividade lúdica pós-palestra



Fonte: Os autores (2025)

Figura 11 - Equipe da atividade de extensão entregando lixeiras para a escola



Fonte: Os autores (2025)

DIFICULDADES E APRENDIZADOS

A execução do projeto apresentou diversos desafios que impactaram diretamente o andamento das atividades. Entre os principais obstáculos, destacam-se a burocracia e o atraso na liberação de permissões pela universidade, fatores que comprometeram o cronograma inicial e geraram insegurança quanto à viabilidade da ação. Outro ponto crítico foi a logística de transporte, que, somada à possibilidade de mudança de data, trouxe riscos de adiamento e inviabilidade da execução.

Também se evidenciou a limitação no alcance da ação, já que nem todas as crianças puderam ser contempladas, o que gerou a percepção de que o impacto poderia ter sido maior. No aspecto financeiro, os patrocínios não concretizados e a arrecadação insuficiente limitaram a entrega de materiais, restringindo o potencial de abrangência do projeto, alguns patrocínios conseguiram ser positivos em sua participação e incentivo, conseguindo arrecadar o mínimo para o investimento nos materiais.

Apesar das dificuldades, alguns aspectos funcionaram bem: a dedicação das equipes envolvidas, que buscou alternativas para minimizar os impactos, e a capacidade de adaptação diante dos imprevistos, garantindo que, mesmo com restrições, parte significativa das atividades fosse realizada a contento. Também ficou claro que a comunicação interna precisa ser fortalecida, quando não há meios bem definidos ou reuniões de alinhamento frequentes, as informações se perdem e as decisões ficam desencontradas. Esse ponto foi um dos maiores desafios e mostrou que clareza e constância são essenciais para o trabalho em equipe.

A necessidade de fortalecer a comunicação interna, estabelecendo canais claros e reuniões de alinhamento constantes. A relevância de estratégias de contingência, para que imprevistos logísticos e burocráticos não inviabilizem a ação. Projetos sempre estão sujeitos a imprevistos, seja burocrática, de transporte ou mudanças de data, mas é preciso ter alternativas que possam ajudar a evitar que tudo seja colocado em risco.

Um dos maiores aprendizados desse projeto foi perceber o quanto pequenas ações podem gerar grandes transformações, especialmente quando envolvem crianças, a chegada da equipe de universitários foi recebida com alegria e entusiasmo por cada turma, e esse acolhimento mostrou que, mesmo em meio às dificuldades enfrentadas, havia um espaço de troca genuína e significativa.

As crianças, mesmo sendo tão jovens, demonstraram satisfação ao participar das atividades e ao socializar com as equipes da ação. O brilho nos olhos e a curiosidade em aprender revelaram que o conhecimento não ficou restrito ao momento da ação, mas plantou sementes para o futuro próximo. A consciência sobre o descarte ecológico responsável e consciente, trabalhada de forma lúdica e acessível, mostrou que é possível despertar valores importantes desde cedo, formando cidadãos mais atentos e comprometidos com o meio ambiente e com o planeta.

Portanto, o projeto evidenciou que, embora os desafios sejam inevitáveis, eles também representam oportunidades de aprendizado. Essa experiência reforça que com organização, clareza na comunicação e planejamento estratégico são pontos fundamentais para ampliar o

impacto e garantir maior sucesso em iniciativas futuras.

ENCAMINHAMENTOS FUTUROS

Para dar continuidade e ampliar o impacto do projeto "Descarte Consciente", é fundamental a adoção de passos estratégicos. Como próximos passos, planejamos a expansão da ação para outras escolas da rede pública de Santarém, adaptando as atividades às realidades locais. Paralelamente, seria interessante a criação de uma cartilha educativa ilustrada e de linguagem acessível para consolidar os conceitos de descarte correto e reciclagem junto às crianças e suas famílias. Estabelecer parcerias com cooperativas de reciclagem locais como a Coopresan, é outro passo crucial, pois garantirá a destinação adequada dos resíduos coletados e poderia incluir visitas educativas, fechando o ciclo da conscientização.

Para transformar a iniciativa em uma mudança permanente, a proposta é evolui-la para um programa contínuo de educação ambiental nas escolas, com atividades trimestrais conduzidas por voluntários ou em parceria com universidades, complementadas por oficinas de reciclagem criativa que estimulem a reutilização prática de materiais. Por fim, a implementação de um sistema de monitoramento e avaliação contínuos, com base em indicadores de redução de lixo e aumento da separação de resíduos, permitirá mensurar o progresso e orientar ajustes nas ações futuras.

No que tange às recomendações para os diversos atores sociais, é preciso um esforço conjunto. À Secretaria Municipal de Educação, sugere-se a inclusão da educação ambiental como tema transversal no currículo, acompanhada da capacitação de professores e do fornecimento de lixeiras seletivas para todas as escolas. À Secretaria de Meio Ambiente, cabe a instalação de pontos de coleta seletiva em espaços públicos e o apoio a campanhas de conscientização em parceria com escolas e associações comunitárias.

Às comunidades, encoraja-se a organização de mutirões de limpeza periódicos e a criação de comissões ambientais locais para manter viva a chama do projeto. As organizações não governamentais e instituições de ensino têm um papel vital em fomentar editais e projetos de extensão que apoiem financeira e tecnicamente iniciativas como esta. Por fim, as famílias devem ser constantemente envolvidas em atividades práticas e reuniões temáticas, incentivando a adoção de hábitos sustentáveis também no ambiente doméstico, solidificando, assim, uma cultura de responsabilidade ambiental desde a infância e fortalecendo a rede de cuidado com o território.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

LEFF, Enrique. **Saber ambiental: sustentabilidade, racionalidade, complexidade, poder.** Petrópolis, RJ: Vozes, 2001. Acesso em 07.05.25.

ROOS, A.; BECKER, E. L. S. Educação Ambiental e Sustentabilidade. **Revista Eletrônica em Gestão, Educação e Tecnologia Ambiental**, Santa Maria, v. 5, n. 5, p. 857-866, 2012. Acesso em 10.05.2025.

BRASIL. Câmara dos Deputados. Projeto cria nova lei sobre educação ambiental nas escolas. Brasília, DF, [20--]. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/noticias/1141175-projeto-cria-nova-lei-sobre-educacao-ambiental-nas-escolas/>. Acesso 30.04.2025.

BRASIL AGRÍCOLA. Educação ambiental é falha no Brasil. 2012. Disponível em: <https://www.brasilagricola.com/2012/06/educacao-ambiental-e-falha-no-brasil.html? m=1> . Acesso em:29.04.2025

CNN BRASIL. Necessidade de educação socioambiental nas escolas é urgente, diz professor.[S.l.],[s.d.].Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/nacional/necessidade-de-educacao-socioambiental-na-s-escolas-e-urgente-diz-professor/>. Acesso em:19.04.2025

GOVERNO DO BRASIL. Ministério da Educação (MEC). MEC trabalha em ações para fortalecer a educação ambiental. 2024. Disponível em: <https://www.gov.br/mec/pt-br/assuntos/noticias/2024/junho/mec-trabalha-em-aco-es-p-ara-fortalecer-a-educacao-ambiental#:~:text=Em%202024%2C%20a%20Pol%C3%ADtica%20Nacional,n%C3%ADveis%20e%20modalidades%20de%20ensino.> Acesso em:10.05.2025.

PREFEITURA DE SANTARÉM. Santarém recebeu mais de 80 mm de chuvas em cinco horas. Equipes retiraram lixo e desobstruíram bueiros, 2024. Disponível em:<https://santarem.pa.gov.br/noticias/urbanismo-e-servicos-publicos/santarem-recebeu-mais-de-80-mm-de-chuvas-em-cinco-horas-equipes-retiraram-lixo-e-desobstruiram-bueiros-194wgs> . Acesso em 02/03/2026.

PREFEITURA DE SANTARÉM. Aguardar: Prefeitura de Santarém entrega lixeiras de coleta seletiva para escolas participantes de gincana ambiental. [S. l.], [s. d.]. Disponível em: <https://santarem.pa.gov.br/noticias/meio-ambiente/aguardar-prefeitura-de-santarem-entrega-lixeiros-de-coleta-seletiva-para-escolas-participantes-de-gincana-ambiental-xocsza>. Acesso em. 23.04.2025.

PREFEITURA DE SANTARÉM. Santarém Limpa: Mutirão de limpeza recolhe mais de 6 toneladas de lixo das praias da orla. [S. l.], [s. d.]. Disponível em: <https://santarem.pa.gov.br/noticias/urbanismo-e-servicos-publicos/santarem-limpa-mutirao-de-limpeza-recolhe-mais-de-6-toneladas-de-lixo-das-praias-da-orla-8ti8a0>. Acesso em: 01.05.2025.

SENADO FEDERAL. Educação ambiental tem papel estratégico, avaliam debatedores em sessão especial. 2024. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2024/06/04/educacao-ambiental-tem-papel-estrategico-avaliam-debatedores-em-sessao-especial> Acesso em: 10.05.2025.

TAPAJÓS DE FATO. Lixo em Santarém: O retrato do desinvestimento e da ineficiência. [S. l.], [s. d.]. Disponível em: <https://www.tapajosdefato.com.br/noticia/1030/lixo-em-santarem-o-retrato-do-desinvestimento-e-da-ineficiencia#:~:text=Em%20Santar%C3%A9m%2C%20s%C3%A3o%20in%C3%BAmeros%20os,crescimento%20exponencial%20de%20%C3%A1reas%20perif%C3%A9ricas> . Acesso em: 16.05.2025.

UESB. Quais os rumos da educação ambiental no Brasil nos últimos anos? [S. l.], [s. d.]. Disponível em: <https://www.uesb.br/noticias/quais-os-rumos-da-educacao-ambiental-no-brasil-nos-ultimos-anos> . Acesso em: 20.05.2025.

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ (MPPA). Reunião trata de educação ambiental para resíduos sólidos em Santarém, Belterra e Mojuí dos Campos. [S. l.], [s. d.]. Disponível em: <https://www2.mppa.mp.br/noticias/reuniao-trata-de-educacao-ambiental-para-residuos-solidos-em-santarem-belterra-e-mojui-dos-campos.htm>. Acesso em: 25.05.2025.

CAPÍTULO 3
DESAFIOS NO ACESSO À SAÚDE BÁSICA NAS COMUNIDADES
INDÍGENAS DE SANTARÉM (PA)

AUTORES

Diego Araújo Dos Reis

Haiax Cauã Gomes Queiroz

Joana Dos Santos Nascimento

Júlia Cavalcante Holanda

Lívia Roberta Melo

Nívea Suzane Lopes

Raíssa Amanda Neves De Amorim

RESUMO

As comunidades indígenas do município de Santarém, no estado do Pará, enfrentam dificuldades no acesso à saúde básica, especialmente localizadas com um grande quantitativo em regiões de várzea. Às ausências e os desafios de políticas públicas eficazes e de projetos adaptados às suas necessidades compromete a garantia de direitos fundamentais, como o acesso à saúde pública de qualidade. Para o enfrentamento desse problema, este projeto propôs inicialmente a implementação de um barco hospitalar para atuar nestas regiões, para assegurar assistência contínua e qualificada. Em sua versão definida para execução, o presente projeto apresenta uma readequação da proposta inicial, considerando os limites financeiros, estruturais e logísticos da realidade local de Santarém. Enquanto a proposta original se inspirava em um modelo de maior escala, com a criação de uma política pública semelhante ao barco fluvial Abaré, reconhecido por sua abrangência no atendimento à saúde ribeirinha e indígena, a versão atual foi ajustada para uma iniciativa mais objetiva e focalizada, porém igualmente relevante em termos sociais e educativos, objetivando contribuir para o atendimento das demandas emergenciais, especialmente das mulheres indígenas gestantes, considerando a vulnerabilidade deste grupo que necessita de uma atenção que garanta condições dignas de atendimento, além disso, a ausência desses recursos compromete diretamente a qualidade da assistência básica prestada, fragilizando o cuidado contínuo

pacientes.

Palavras-Chave: Saúde indígena; Atenção primária à saúde; Políticas Públicas.

INTRODUÇÃO

O acesso à saúde indígena no Brasil é um direito fundamental garantido pela Constituição Federal de 1988, que reconheceu a autonomia dos povos indígenas e assegurou sua inclusão nas políticas públicas de saúde. Antes dessa mudança constitucional, os indígenas eram considerados incapazes de gerir suas próprias vidas, sendo submetidos à tutela do Estado. Entretanto com a redemocratização do país, houve uma transformação significativa, permitindo que fossem reconhecidos como cidadãos plenos e sujeitos de direitos constitucionais.

O Ministério da Saúde desempenha um papel essencial na promoção desses direitos sociais, especialmente por meio do Sistema Único de Saúde (SUS) e do Subsistema Especial de Atenção à Saúde Indígena (SasiSUS), coordenado pela Secretaria Especial de Saúde Indígena (SESAI). A Política Nacional de Atenção à Saúde dos Povos Indígenas, aprovada pela Portaria nº 254, de 31 de janeiro de 2002, estabelece diretrizes para garantir um atendimento adequado e diferenciado, respeitando as especificidades epidemiológicas e socioculturais dessas comunidades locais do Brasil. Mas, para isso, os esforços são contínuos visando a efetividade na promoção adequada do atendimento.

Todavia, mesmo diante das desigualdades regionais no acesso a direitos sociais, como a saúde, o déficit na infraestrutura de qualidade e de logística são considerados como desafios pertinentes na região amazônica. Segundo a autora Barata (2009), as desigualdades sociais na saúde não são novidades, essa inconformidade vem desde o início do capitalismo no século XIX. O Brasil é um país com grande diversidade de povos indígenas, aproximadamente 60% habitam a região Amazônica em sua grande diversidade.

A SESAI desempenha um papel crucial na ampliação do acesso à saúde na região, levando atendimento a territórios remotos e fortalecendo a participação indígena na gestão dos serviços de saúde. O subsistema conta com unidades especiais de saúde e equipes multidisciplinares que atuam diretamente nas comunidades tradicionais, promovendo assistência primária, programas de saneamento e ações preventivas.

Nessa perspectiva, no município de Santarém (PA), a gestão pública municipal da saúde indígena segue diretrizes estabelecidas pela Lei Ordinária nº 22.061/2024, que reformula e reorganiza o Conselho Municipal de Saúde de Santarém (CMSS), garantindo a participação social na formulação e execução das políticas de saúde. Além disso, há uma proposta para a criação do Distrito Sanitário Especial Indígena (DSEI) Santarém, apresentada pelo deputado Carlos Bordalo, que objetiva atender mais de 25 mil indígenas da região.

Como recorte, o estudo foca no funcionamento do acesso à saúde básica nas localidades tradicionais da região Arapiuns e da aldeia Enseada do Amorim, considerando a importância dessa realidade que é muito mais elaborada por múltiplos fatores como as escalas socioespaciais, conforme Barreto (2017) destaca que essas relações sociais múltiplas compõem influências como determinantes sobre a saúde, sendo eles fatores econômicos, sociais, culturais e ambientais.

DIAGNÓSTICO SITUACIONAL

A pesquisa realizada identificou, por meio de entrevistas estruturadas, aspectos fundamentais sobre o acesso à saúde básica das comunidades indígenas na região do Baixo Amazonas. As entrevistas foram conduzidas com profissionais experientes, que há anos atuam na área da saúde indígena, contribuindo significativamente para o enriquecimento do conhecimento sobre a dinâmica dos serviços de atenção básica.

Os entrevistados incluem a Enfermeira 01, que atua na saúde indígena há nove anos pelo órgão da Sesai e recentemente tem atuado na região do Arapiuns e no Baixo Tapajós, no estado do Pará. O segundo entrevistado é o Agente Comunitário de Saúde Indígena 01, que possui mais de 25 anos de experiência na saúde indígena e atua na aldeia Enseada do Amorim desde 1998 pela Sesai.

Os serviços de atenção básica estão diretamente influenciados pelas condições locais e pelas relações profissionais disponíveis nas comunidades indígenas de Santarém (PA), abrangendo os territórios Arapiuns, Anã, Lago da Praia, Karuci, Garimpo, Arinun, Ajamuri, Karidade e a Aldeia Enseada do Amorim.

Além de traçar um panorama do funcionamento da atenção básica à saúde, a pesquisa identificou problemas concretos que necessitam de intervenção por meio de uma gestão pública estratégica e planejada. Dessa forma, é essencial apresentar uma descrição detalhada do contexto observado, enfatizando os desafios enfrentados pelas comunidades indígenas no

acesso aos serviços de saúde.

Conforme destacado pela Enfermeira 01, que atua na região do Baixo Tapajós:

A saúde da Atenção Básica Indígena é bem assistida, apesar da frequência de atendimento ser, em algumas comunidades, a cada três meses e, em outras, a cada dois meses, devido à estrutura do Polo, que ainda está em fase inicial. A infraestrutura ainda é precária, mas os atendimentos são realizados por uma equipe multidisciplinar, composta por dentista, médico, enfermeira, técnico de enfermagem e, recentemente, foram inseridos agentes de saúde indígena (Enfermeira 01, maio de 2025).

A coleta de dados foi realizada por meio de entrevistas virtuais via WhatsApp, possibilitando o registro de histórias orais que retratam a realidade das comunidades do Baixo Tapajós. A experiência dos profissionais da saúde que atuam nesses territórios permitiu a construção de um diagnóstico contemporâneo dessas comunidades tradicionais, fornecendo uma visão mais ampla dos desafios existentes. Um dos aspectos mais críticos evidenciados na pesquisa está relacionado às condições socioeconômicas que impactam diretamente a oferta de serviços de saúde nessas comunidades. As dificuldades incluem:

- Falta de medicamentos essenciais: Muitos dos remédios necessários para o tratamento de doenças crônicas, como diabetes e hipertensão, não estão disponíveis em quantidade suficiente;
- Infraestrutura inadequada: Não há salas devidamente equipadas para a realização de exames como a coleta de PCCU, nem materiais essenciais para os procedimentos básicos;
- Carência de equipamentos médicos: A ausência de macas, instrumentos adequados e estrutura mínima compromete a qualidade do atendimento oferecido aos pacientes.

Diante dessa realidade, ocorre, portanto, impactos negativos que fragilizam e dificultam a promoção da saúde indígena, se tornando desafiadora. Torna-se evidente a necessidade de melhorias na logística e na infraestrutura local, de modo a combater as desigualdades no acesso aos serviços básicos de saúde. Ademais, a falta de infraestrutura adequada para o deslocamento das equipes de saúde reflete diretamente na qualidade do atendimento prestado às comunidades indígenas. A ausência de condições mínimas para o transporte dos profissionais e dos materiais essenciais expõe os trabalhadores a riscos e compromete a eficácia dos serviços de saúde, evidenciando a necessidade urgente de investimentos em logística e infraestrutura local.

PROPOSTA DE INTERVENÇÃO (PLANEJAMENTO)

Diante das diversas complexidades expostas, foi proposto uma política pública para criação de unidade básica de saúde fluvial, modelo parecido com o Abaré, que é um barco hospitalar responsável por levar atendimento de variados profissionais da saúde como: clínico geral (médico da Saúde da Família), ginecologia e pediatria, além de equipe de enfermagem, farmacêuticos, técnicos de saúde e outros fornecido para as equipes da SESAI, pois os transportes utilizados por esses profissionais são insuficientes.

Esse barco hospitalar teria em sua infraestrutura:

- Equipamentos adequados para o atendimento básico e de qualidade;
- Mini consultórios adequados para realização de exames;
- Salas apropriadas para a utilização de cada atendimento.

Dessa forma, seria possível atender essas pessoas da melhor qualidade e com mais privacidade, garantindo atendimento por diversos profissionais que realizam atendimento primário.

PLANO DE AÇÃO

A ação planejada para esta proposta foi a criação de unidade hospitalar fluvial, sendo de responsabilidade da SESAI, Secretaria Municipal de Saúde e a Prefeitura de Santarém, e com parcerias firmadas com a UFOPA. Como recursos necessários foram levantados: Recursos institucionais, equipamento multiprofissional mínimo de atendimento, materiais e insumos básicos, equipe de profissionais, apoio técnico e de logística.

EXECUÇÃO DO PROJETO

Para a versão de execução, optou-se por realizar uma readequação, construindo uma adaptação estratégica que possibilita a execução efetiva e sustentável do projeto. Ao invés de propor uma ação de ampla estruturação, optou-se por ações pontuais, realistas e de impacto direto, capazes de colaborar de forma concreta para o fortalecimento da atenção à saúde

indígena no município. Portanto, a execução contemplou uma parceria mais estreita com a Secretaria Especial de Saúde Indígena (SESAI), que se torna fundamental para legitimar e orientar as ações propostas.

O ponto de partida foi a realização de um diagnóstico das principais carências de materiais de atendimento identificadas, com o objetivo de contribuir para o atendimento das demandas emergenciais, especialmente das mulheres indígenas gestantes, considerando a vulnerabilidade deste grupo que necessita de uma atenção que garanta condições dignas de atendimento. Dessa forma, a iniciativa buscou suprir lacunas que interferem no acesso a serviços de saúde adequados, em consonância com o direito universal à saúde, reconhecido pela Organização das Nações Unidas (ONU) e assegurado pela Constituição Federal de 1988, que estabelece a saúde como direito de todos e dever do Estado.

Com o levantamento realizado, o projeto colaborou por meio de doação de insumos, priorizando itens básicos que atendam as necessidades imediatas das pacientes gestantes, tanto durante o processo de parto, quanto no pós-parto. Assim, o impacto social da ação foi ampliado, indo além da resposta imediata e fomentando um processo de conscientização que pode repercutir no cotidiano das comunidades atendidas. Deste modo, a readequação realizada permitiu transformar uma proposta inicialmente abrangente em um projeto realista, aplicável e socialmente relevante, que contribuiu não apenas para suprir carências materiais das gestantes, mas também para reforçar a importância da promoção da saúde indígena em Santarém como direito fundamental e expressão de cidadania.

RESULTADOS ALCANÇADOS

Os resultados da ação possibilitaram maior aproximação entre a universidade e a sociedade, fortalecida pela parceria estabelecida com a Secretaria Especial de Saúde Indígena (SESAI), desde o planejamento inicial até a execução. Após a realização do diagnóstico situacional, foi conduzida uma campanha de arrecadação de itens e doações via Pix, durante dois meses, com intuito de viabilizar a aquisição dos materiais para compor os kits. Com os recursos obtidos, foram confeccionados 15 kits de higiene destinados a gestantes indígenas da região do Baixo Tapajós, além de materiais educativos em formato de folder com informações básicas sobre cuidado com a saúde (Figura 12).

Figura 12 - Entrega dos kits à SESAI



Fonte: Os autores (2025)

Cada kit continha sabonete, escova e pasta dental, absorventes, fraldas descartáveis, lenços umedecidos, gazes e folder educativo com orientações simples sobre autocuidado e cuidados com o bebê. Dessa forma, todos os kits foram entregues à equipe gestora da SESAI no dia 05 de dezembro pelo turno da manhã, beneficiando diretamente 15 gestantes indígenas atendidas pelo polo, que receberão os kits posteriormente pela equipe da Sesai (Figura 13).

Figura 13 - Equipe do projeto com a coordenação da SESAI entregando os kits



Fonte: Os autores (2025)

A partir da montagem e entrega destes kits, foi possível identificar que os materiais foram bem avaliados e considerados adequados às necessidades das gestantes e bebês. Ademais, os folders educativos continham linguagem simples para orientar sobre higiene, cuidados maternos e infantis, com possibilidade de impressão de mais cópias pela equipe da

Sesai (Figura 14). Ao final das entregas, a equipe discente foi parabenizada pela ação e valorizado o esforço para aquisição dos materiais doados, logo, a parceria com a SESAI foi considerada efetiva, garantindo que a ação fosse realizada de acordo com as necessidades reais das gestantes e fortalecendo os vínculos entre universidade e comunidade.

Figura 14 - Folder educativo confeccionado para as gestantes



Fonte: Os autores (2025)

A ação contribuiu tanto com a entrega de materiais, quanto também com informações de saúde e orientação para o cuidado diário, fortalecendo o autocuidado das gestantes e promovendo melhores condições de saúde materno-infantil. Além disso, a execução da atividade proporcionou aprendizado prático à equipe discente sobre os desafios e necessidades da saúde indígena na região amazônica.

DIFICULDADES E APRENDIZADOS

Durante o planejamento e execução da atividade, a equipe enfrentou diferentes cenários desafiadores que exigiram adaptação, organização e tomada de decisões coletivas. Um dos obstáculos relevantes identificado esteve relacionado ao levantamento de recursos financeiros e arrecadação de materiais, já que houve dificuldade em obter patrocínios e doações suficientes para compor os kits inicialmente planejados.

Como resposta, a equipe intensificou as ações de divulgação da campanha, mobilizando a comunidade acadêmica e externa. Apesar disso, foi arrecadado um total de R\$ 315,00 via pix, além de doações de materiais. Tais desafios foram cruciais para reforçar o compromisso da equipe em concretizar a ação, ajustando o planejamento conforme os

recursos disponíveis. Outro desafio significativo envolveu o contato contínuo com a equipe da SESAI, que passou por mudanças internas durante o período da ação, o que dificultou inicialmente a comunicação e o alinhamento das etapas.

Contudo, posteriormente foi viabilizado contato mais próximo através do diálogo e contamos com o esforço da equipe de saúde para nos receber no polo. Apesar dos desafios e readaptações, destacam-se alguns aspectos da execução, como o engajamento do grupo e cooperação entre os integrantes, que distribuiu tarefas de forma eficiente; a parceria com a SESAI, que, embora desafiadora no início, mostrou-se efetiva para garantir que a ação atendesse a uma demanda real; a produção dos kits e materiais educativos, que ocorreu de maneira organizada e adaptada aos recursos disponíveis.

Quanto aos pontos que poderiam ser aprimorados, destaca-se a necessidade de iniciar com antecedência a mobilização para arrecadação de recursos. Em termos de aprendizados, o processo permitiu que a equipe desenvolvesse competências importantes, como:

- Planejamento estratégico e gestão de ações sociais;
- Capacidade de adaptação diante de imprevistos;
- Resolução de problemas em contextos reais;
- Sensibilidade para compreender as necessidades da comunidade atendida;
- Fortalecimento do trabalho em equipe;
- Construção de redes de contato e diálogo institucional (networking).

Tais lições não apenas contribuíram para o êxito da atividade, mas também preparam os discentes para futuros projetos, especialmente aqueles que envolvem gestão social, políticas públicas e trabalho direto com populações tradicionais da região.

ENCAMINHAMENTOS FUTUROS

Com base nos resultados obtidos e nos aprendizados adquiridos ao longo da execução da atividade, identificam-se possibilidades de ampliação e continuidade da iniciativa devido a sua grande importância. Como próximos passos, torna-se como relevante a intenção de fortalecer a parceria com a Secretaria Especial de Saúde Indígena (SESAI), visando a realização de novas ações voltadas à saúde materno- infantil indígena, com maior alcance territorial para comunidades indígenas do baixo tapajós, e atendimento a um número ampliado

de gestantes.

Para ações futuras, a equipe identifica também a possibilidade da ampliação das estratégias de captação de recursos, por meio do estabelecimento de parcerias formais com instituições públicas, privadas e organizações da sociedade civil. Essas medidas podem contribuir para a sustentabilidade das ações e para a ampliação do número de kits distribuídos. Além disso, reforçamos a importância do fortalecimento de políticas públicas de apoio à saúde materna indígena, com incentivo a ações educativas contínuas e à provisão de insumos básicos de higiene, especialmente em regiões de difícil acesso, a exemplo das comunidades indígenas da Amazônia.

Para as comunidades e organizações interessadas, sugere-se o estímulo à participação ativa em ações de promoção da saúde, valorizando o diálogo intercultural, o respeito aos saberes tradicionais e a construção coletiva das estratégias de cuidado. Por fim, é de suma importância que haja a continuidade de projetos extensionistas com foco na saúde indígena, incorporando avaliações periódicas, escuta qualificada das comunidades atendidas e integração entre ensino, pesquisa e extensão, de forma que vise a contribuir para a formação cidadã dos discentes e para o fortalecimento das políticas públicas de saúde.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AGÊNCIA GOV. Brasil tem mais de 8,5 mil localidades indígenas, segundo IBGE. Agência GOV, 19 dez. 2024. Disponível em: <https://agenciagov.etc.com.br/noticias/202412/brasil-tem-mais-de-8-5-mil-localidades-indigenas-segundo-ibge>. Acesso em: 5 jun. 2025.

ANDERSON, Ian et al. **Indigenous and tribal peoples' health (The Lancet-Lowitja Institute Global Collaboration): a population study**. Lancet, London, 2016.

BARATA, R. B. **Como e por que as desigualdades sociais fazem mal à saúde**. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2009.

BARRETO, M. L. Desigualdades em Saúde: uma perspectiva global. **Ciênc. Saúde coletiva**, Rio de Janeiro, v. 22, n. 7, 2017. Acesso em: 20 mai. 2025.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 20 mar. 2020.

BRASIL. **Conselho Nacional de Secretários de Saúde. SUS: avanços e desafios**. Brasília: CONASS, 2006. Disponível em: <http://encurtador.com.br/cdlyR>. Acesso em: 20 mar. 2025.

BRASIL. Fundação Nacional dos Povos Indígenas. **Saúde indígena: direitos sociais**. [s.d.]. Disponível em: <https://encurtador.com.br/dilO3>. Acesso em: 7 jun. 2025.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Diretrizes operacionais dos pactos pela vida, em defesa do SUS e de gestão**. Brasília, 2006.

CÂMARA MUNICIPAL DE SANTARÉM (PA). **Lei n. 22.061, de 10 de janeiro de 2024**. Dispõe sobre a reformulação e reorganização do Conselho Municipal de Saúde de Santarém – CMSS, e dá outras providências. Sistemas Leis Municipais, Santarém, 2024. Disponível em: <https://encurtador.com.br/guADQ>. Acesso em: 19 mai. 2025.

CONSELHO NACIONAL DE SAÚDE. **Documento orientador da 6ª Conferência Nacional de Saúde Indígena**. Brasília: CNS, 2024. Disponível em: <https://encurtador.com.br/hvAC5>. Acesso em: 7 jun. 2025.

CUNHA, M. **Índios na Constituição**. Novos Estudos CEBRAP, 2018.

FUNDAÇÃO AMAZÔNIA SUSTENTÁVEL. **Aspectos da saúde indígena**. Manaus: FAZ, 2022. Disponível em: <https://encurtador.com.br/djvL3>. Acesso em: 7 jun. 2025.

LANGDON, ESTHER. **Saúde indígena: políticas comparadas na América Latina**. Santa Catarina: UFSC, 2015.

MENDES, A. M.; LEITE, M. S.; LANGDON, E. J.; GRISOTTI, M. O desafio da atenção primária na saúde indígena no Brasil. **Revista Panamericana de Salud Pública**, Florianópolis, 2018.

MINISTÉRIO DA SAÚDE. **Saúde indígena**. Brasília, 2019. Disponível em: <https://www.saude.gov.br/saude-indigena>. Acesso em: 4 jun. 2025.

NEVES, ÚRSULA. **Como é o trabalho de assistência na saúde indígena**. Portal Afya, 2018. Disponível em: <https://pubmed.com.br/como-e-o-trabalho-de-assistencia-na-saude-indigena/>. Acesso em: 7 jun. 2025.

PENICHE, THAIS. Urgência na Saúde Indígena: Bordalo solicita implantação de DSEI em Santarém. Assembleia Legislativa do Estado do Pará, 2024. Disponível em: <https://alepa.pa.gov.br/Comunicacao/Noticia/10339>. Acesso em: 19 mai. 2025.

RIO GRANDE DO SUL. Secretaria Estadual da Saúde. **Plano de saúde indígena 2024**. Porto Alegre: SES-RS, 2024. Disponível em: <https://encurtador.com.br/ILNU3>. Acesso em: 7 jun. 2025.

SANTOS, NEIDJANE DA SILVA. **Saúde indígena e o direito à diferença: um estudo no contexto da pandemia de covid-19**. Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira, Redenção, 2020. Disponível em: <https://encurtador.com.br/pFJ38>. Acesso em: 7 jun. 2025.

SILVA, KAUAN DA. A saúde indígena em debate: desafios e estratégias no contexto amazônico. **Revista Científica UNIESP**, v. 2, n. 1, 2020. Disponível em: <https://encurtador.com.br/fjHP6>. Acesso em: 7 jun. 2025.

ROCHA DIOGO, F. et al. **A luta dos povos indígenas por saúde em contextos de**

conflitos ambientais no Brasil. Rio de Janeiro: Editora Article, 2017.

CAPÍTULO 4

ACESSO À DOCUMENTAÇÃO BÁSICA: CAMPANHAS DE EMISSÃO DE RG, CPF E CERTIDÕES PARA POPULAÇÕES EM SITUAÇÃO DE VULNERABILIDADE

AUTORES

Ruama Thaiza Sousa da Silva

João Pedro Munhoz dos Santos

Emanoel Tiago Sousa dos Santos

Gelmy Isaque João

RESUMO

Este projeto identificou, inicialmente como hipótese, que em bairros/distritos mais distantes do centro do município de Santarém, Pará, o acesso à documentação básica é mais dificultoso. Com isto, se escolheu um desses bairros/distritos: a comunidade de Cucurunã, na cidade de Santarém. Em entrevista realizada no local, concedida pelo presidente da Associação dos Moradores da Comunidade de Cucurunã e visitas domiciliares, a hipótese inicial, já mencionada, se confirmou. Nesse sentido, a proposta de intervenção pensada é a de se possibilitar uma parceria entre a Associação com órgãos do poder público competentes, bem como outros órgãos, entidades ou demais interessados. Um dos principais impactos esperados é mitigar a carência no acesso à documentação básica à população mais carente da localidade.

Palavras-Chave: Documentação; Cidadania; Inclusão social.

INTRODUÇÃO

Sabe-se que nas cidades do país, sobretudo nas mais periféricas em relação aos grandes centros econômicos, mas não só nelas, como também nos próprios centros econômicos, vivem-se muitas dificuldades, e de todas as ordens. Isto é, nas cidades das regiões periféricas em relação às regiões das grandes capitais brasileiras, das grandes metrópoles, vivem-se muitas carências socioeconômicas, e podem-se elencar, é claro, mais de um fator para esse estado de coisas; dentre eles, muitas das vezes a falta de interesse do Governo Federal em solucionar ou pelo menos mitigar de uma maneira mais eficiente, eficaz e efetiva problemas socioeconômicos de regiões como a Região Norte, por exemplo.

O presente projeto, portanto, abrange um desses problemas socioeconômicos, qual seja: o da dificuldade no acesso à documentação básica à população em situação de vulnerabilidade da comunidade de Cucurunã, que também integra o município de Santarém. E isso se justifica pelo fato de que esta problemática acarreta em muitas outras situações, visto que se a população carente não tiver documento de identidade (RG), Cadastro de Pessoa Física (CPF), Certidões, Título de eleitor, etc., ela terá outras dificuldades em várias outras áreas, como no acesso aos benefícios sociais, à concursos públicos e ao próprio mercado de trabalho.

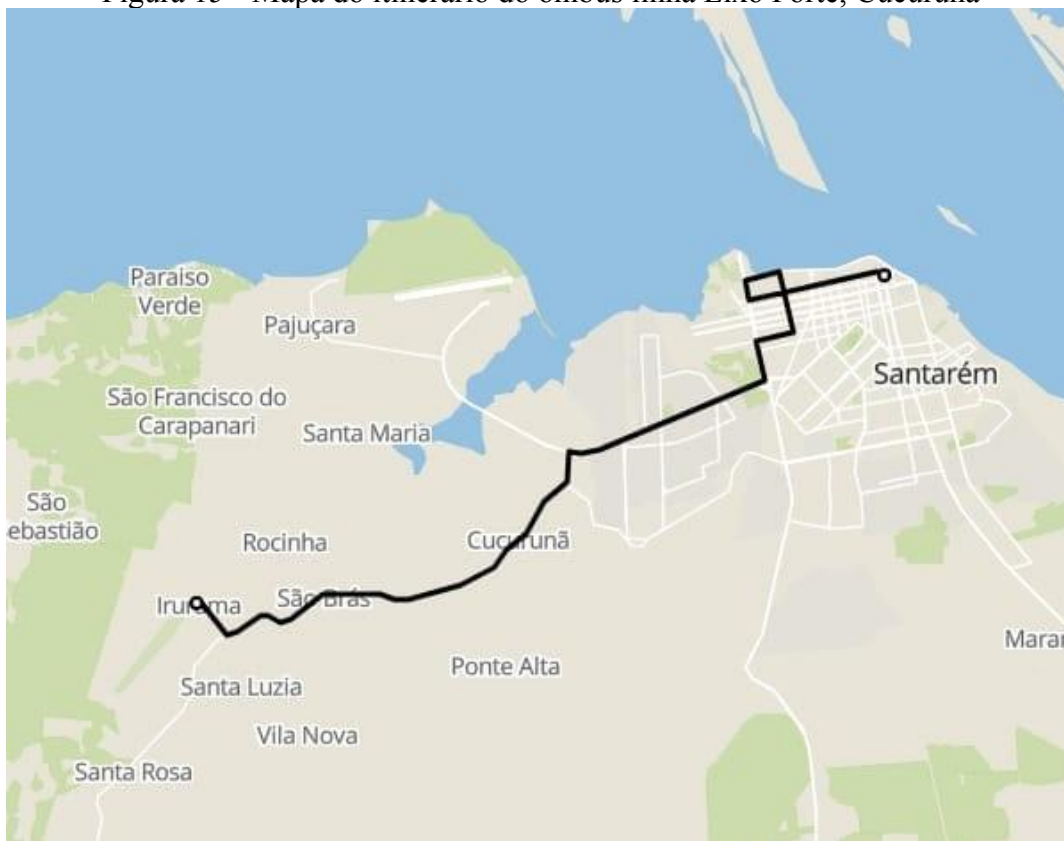
DIAGNÓSTICO SITUACIONAL

A comunidade Cucurunã, localizada na zona rural do município de Santarém, Pará, fica a 7 km do centro urbano. Apesar de suas características geográficas, enfrenta obstáculos no acesso à documentação básica, principalmente a parcela dos comunitários que vivem em situação de vulnerabilidade socioeconômica. Durante o mapeamento social no local, junto à Associação de Moradores da comunidade, foi identificado uma dificuldade no levantamento de dados quantitativos referentes ao número de moradores que ainda não possuem sua documentação ou que precisam atualizá-la. Entretanto, o atual presidente da organização destacou que a associação recebe demandas sobre o assunto.

A falta desses documentos compromete diretamente o acesso a serviços como saúde, educação, programas de transferência de renda e a inclusão plena na cidadania. Nesse sentido, esse projeto apresenta um diagnóstico situacional com foco na documentação da população local e busca identificar quais as principais barreiras enfrentadas pelos moradores visando subsidiar propostas de intervenção. A metodologia utilizada para a elaboração do diagnóstico incluiu entrevista com a liderança comunitária e visitas domiciliares.

De acordo com o presidente da associação, a distância da comunidade até os órgãos emissores é apenas o início dos desafios enfrentados pelos moradores, que contam também com outros desafios, como o horário de início para conseguir realizar o atendimento e os horários do transporte público (Figura 15). Outro ponto levantado na entrevista: ele ressalta que as famílias que vivem em vulnerabilidade não conseguem custear esse deslocamento e na maioria dos casos acabam desistindo do processo, principalmente quando as documentações não são emitidas no mesmo órgão, obrigando o comunitário a ter um gasto ainda maior para conseguir acessar o serviço.

Figura 15 - Mapa do itinerário do ônibus linha Eixo Forte, Cucurunã



Fonte: Moovit (2025). Disponível em: https://moovitapp.com/index/pt-br/transporte_p%C3%BAblico-line-07-Santar%C3%A9m_Santarem-5715-1366037-4321178-0 . Acesso em: 5 jun. 2025.

No olhar do líder comunitário, o acesso aos serviços públicos ocorre de forma desigual e compromete as populações que vivem distante do centro urbano do município. Em entrevista com um dos moradores da comunidade há 39 anos da comunidade, ele informou que falta orientação em quais locais os moradores devem procurar atendimento, afirmou que só lembrava de um e, para conseguir agendamento, pagava para alguém da comunidade, pois tinha dificuldade para fazer o procedimento virtual.

Ainda na mesma residência, outra moradora destacou que esse agendamento é demorado e, na visão dela, burocrático, e a lentidão em todo o processo até receber o documento dificulta quando é necessário com urgência. Outra moradora lembrou de uma ação nesse sentido, que ocorreu em outra comunidade. Alguns moradores tentaram vagas, mas era limitado em poucas senhas e não foi suficiente para atender a demanda daquela região. Também relatou que ações como essa são raras e insuficientes. Acredita que a frequência e a rotatividade entre as comunidades seriam necessárias para conseguir atender a todos.

Os diversos moradores entrevistados relatam empecilhos semelhantes, apontam questões importantes e que necessitam de atenção do poder público. “Quem não tem

condições financeiras fica sem acesso ou enfrenta uma dificuldade dobrada”, disse o líder comunitário (Figura 16). Desta forma, o diagnóstico situacional realizado na comunidade Cucurunã revelou que a falta de documentação básica é um problema recorrente e que causa forte impacto sobre a população, principalmente sobre aqueles que vivem em vulnerabilidade social e econômica.

Figura 16 - Entrevista com moradores na comunidade de Cucurunã



Fonte: Os autores (2025).

As principais barreiras identificadas para o acesso à documentação incluem a distância geográfica até os órgãos emissores, a falta de informação sobre os processos de emissão, os custos com deslocamento e taxas, além da baixa escolaridade de parte dos moradores, o que dificulta a compreensão dos trâmites burocráticos (Figura 17). Essa realidade compromete diretamente o acesso a direitos fundamentais, como em programas sociais, o atendimento na rede de saúde e a matrícula escolar. Também reforça a exclusão social e a invisibilidade cidadã de parte significativa da comunidade. Diante disso, torna-se imprescindível a implementação de ações setoriais voltadas à regularização documental, com enfoque em mutirões de emissão de documentos em parceria com órgãos públicos.

Figura 17 - Entrevista com moradores na comunidade de Cucurunã



Fonte: Os autores (2025).

PROPOSTA DE INTERVENÇÃO

A proposta de intervenção intitulada “Cidadania em Mãos: Mutirão de documentação básica na comunidade Cucurunã”, tem como objetivo promover a inclusão socioeconômica de moradores da comunidade Cucurunã, zona rural do município de Santarém, por meio da regularização da documentação básica, garantindo acesso à cidadania, como certidão de nascimento, RG e CPF. O diagnóstico situacional revelou que a ausência desses documentos e a desigualdade no acesso afeta diretamente a população nos serviços essenciais, como saúde, educação e programas sociais, o que agrava a exclusão social. A intervenção será planejada em formato de mutirão, para ocorrer em duas etapas principais: a primeira fase a curto prazo e outra de médio prazo.

No curto prazo, de 1 a 2 meses, será feito o mapeamento dos moradores sem documentação, e entender as dificuldades para essas pessoas terem acesso a esse direito. A forma mais eficaz de se fazer esse levantamento será ir ao local e realizar entrevistas com moradores e lideranças comunitárias para identificar as principais barreiras no acesso à

documentação (custos, deslocamento, falta de informação), além de fazer um levantamento quantitativo no CRAS, escolas locais e postos de saúde sobre quantas pessoas não possuem documentos ou enfrentam dificuldades devido à irregularidade.

Em primeiro momento, um dos principais objetivos será dar prioridade aos moradores que vivem em situação de vulnerabilidade, ou seja, a Identificação dos Grupos Prioritários como crianças e adolescentes sem certidão de nascimento (em risco de evasão escolar), idosos sem RG ou CPF (dificuldade em acessar benefícios), população em extrema pobreza (prioridade para inclusão em programas sociais). Para a realização do levantamento desses dados, contamos com o apoio de lideranças locais em parceria com o CRAS, que faz a cobertura no atendimento na comunidade.

Paralelamente, depois do mapeamento e de obter todas as informações necessárias, acordos serão formalizados com órgãos públicos como Cartório Civil, Estação Cidadania, universidades (para apoio logístico), Defensoria Pública do município (para casos judiciais, como retificação de nomes), e Secretaria Municipal de Assistência Social, para que possa ser feita a ação de emissão e a regularização de documentos.

Serão implementadas ações eficazes de divulgação do mutirão na comunidade, como distribuição de materiais informativos, panfletos em linguagem simples e ilustrada (considerando baixa escolaridade), a mobilização de rádios comunitárias ou municipais e carros de som para divulgação, além de contar com envolvimento de agentes comunitários de saúde e professores na divulgação com o objetivo de informar a população sobre a importância da documentação, informar a realização da ação reforçando a prioridade para comunitários em situação de vulnerabilidade, além de orientar os passos necessários para a regularização no dia do mutirão.

E não menos importante dialogar com as lideranças da comunidade sobre a estruturação do evento, a fim de chegar a um consenso sobre escolha de um local mais acessível para realização do mutirão, considerando a realização na escola da comunidade ou na associação comunitária. Além da emissão e regularização de documentos, o mutirão visa também promover ações paralelas, como oficinas de Cidadania, palestras sobre direitos básicos (como acessar SUS, Bolsa Família), e prevenção à perda de documentos (entrega de porta-documentos), finalizando, então, a etapa de execução da ação.

No médio prazo, de 4 a 6 meses, será realizada uma avaliação do impacto da intervenção, por meio de monitoramento e avaliação, se fazendo presente na comunidade de cucurunã, visando o levantamento de resultados e indicadores de sucesso, como: números de

documentos emitidos x demanda inicial; registrar informações como a redução de crianças fora da escola após regularização; aumento de comunitários incluídos nos cadastros do CadÚnico.

Ademais, é necessário programar uma reunião com os comunitários e lideranças para feedback ou até mesmo ajustes em caso de necessidade (ex.: encaminhamentos a órgãos públicos ou necessidade de novo mutirão para demanda). Também será elaborado um relatório final com os resultados da ação, propondo um modelo replicável de atendimento à documentação básica em outras comunidades com características semelhantes.

PLANO DE AÇÃO

As ações planejadas incluem:

- Mapeamento e Diagnóstico Inicial, envolvendo a equipe do projeto, CRAS, lideranças comunitárias;
- Identificação de Grupos Prioritários, com envolvimento da equipe do projeto, escolas, UBS, CRAS;
- Estabelecimento de Parcerias, sob a responsabilidade do coordenador do projeto, associação de moradores e órgãos emissores;
- Divulgação da Ação, tendo apoio da equipe do projeto, ACS, professores, rádios comunitárias;
- Organização do Mutirão de Documentação, abrangendo além da equipe, lideranças locais e representantes dos órgãos públicos;
- Realização do Mutirão, envolvendo lideranças locais, equipe e órgãos públicos competentes;
- Acompanhamento e Avaliação (Médio Prazo), sob responsabilidade da equipe do projeto, CRAS, escolas, lideranças comunitárias.

EXECUÇÃO DO PROJETO

Este projeto não teve sua execução realizada no âmbito do PIEX VI, em razão de readequações organizacionais e análise de viabilidade técnica no semestre subsequente. Ainda assim, o planejamento apresentado mantém relevância acadêmica e social como proposta de

intervenção situacional, podendo ser retomado e desenvolvido em oportunidades futuras. A realização do mutirão de documentação tem o potencial de transformar uma parcela da realidade da comunidade, promovendo a inclusão e garantindo o acesso acessível.

A metodologia adotada, que combina mapeamento das necessidades, parcerias com instituições públicas e ação comunitária, visa não só a emissão de documentos, mas também a construção de uma cultura de cidadania e participação. O projeto, ao priorizar grupos mais vulneráveis, como crianças fora da escola, idosos e famílias em situação de extrema pobreza, representa uma intervenção que vai além do aspecto administrativo da documentação.

Ele promove a dignidade, o reconhecimento e a valorização do indivíduo, aspectos essenciais para qualquer processo de inclusão social. A avaliação contínua do impacto da ação, com indicadores claros, permitirá ajustar e aprimorar futuras ações, além de servir como base para a replicação deste modelo em outras comunidades de Santarém ou de municípios com características semelhantes.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CALTRAM, Gladys Andrea Francisco. **O registro de nascimento como direito fundamental ao pleno exercício da cidadania**. Dissertação (Mestrado em Direito) – Universidade Metodista de Piracicaba, UNIMEP, Piracicaba, 2010.

MOOVIT. Linha 07 – Santarém (PA): mapa e itinerário. Santarém: Moovit, 2025. Disponível em: https://moovitapp.com/index/pt-br/transporte_p%C3%BAblico-line-07-Santar%C3%A9m_Santarem-5715-1366037-4321178-0. Acesso em: 5 jun. 2025.

RAMOS, Demetrius dos Santos. O acesso à documentação básica como direito humano fundamental. **Caderno de Direitos e Políticas Públicas**, Rio de Janeiro, v. 1, n. 1, p. 41–49, jan./jun. 2021.

MOREIRA, Juliana Conceição de Santana. Trabalho e o acesso à documentação básica: uma reflexão sobre a ausência de documentação como violação de direitos sociais e o trabalho do/a assistente social. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE ASSISTENTES SOCIAIS, 16., 2019, Brasília. **Anais**. Brasília: CFESS, 2019.

DIAS, Ronaldo. Documentação civil como garantia de direitos sociais. *Revista Brasileira de Cidadania e Justiça*, Brasília, v. 9, n. 2, p. 77–90, 2022. SILVA, João Paulo. Cidadania e identidade: desafios da documentação civil no Brasil. **Revista de Políticas Públicas**, v. 25, n. 2, 2019.

NOTA SOBRE OS AUTORES

ORGANIZAÇÃO

Sandra Karolline de Melo Pontes Alves

Professora do Curso de Gestão Pública e Desenvolvimento Regional da Universidade Federal do Oeste do Pará (UFOPA), docente responsável pelos componentes curriculares (PIEX V e PIEX VI). Orientou os projetos de intervenção situacional apresentados nesta obra.

PROJETO: REFLORESTAMENTO COMO ESTRATÉGIA DE ADAPTAÇÃO ÀS MUDANÇAS CLIMÁTICAS: O CASO DE SANTARÉM

Desenvolvido por Carlos Henrique Pereira de Souza, Gelmy Isaque João, Irislane de Andrade Coelho, Joyce Mila Batista, Leticia Siqueira Gamboa e Maurício Galúcio da Costa, graduandos(as) do curso de Gestão Pública e Desenvolvimento Regional da Universidade Federal do Oeste do Pará (UFOPA), no âmbito de Práticas Integradoras de Extensão (PIEX V e VI).

PROJETO: DESCARTE CONSCIENTE: COMBATENDO O LIXO NO CHÃO E SUAS CONSEQUÊNCIAS

Desenvolvido por Adson Saraiva da Silva, Aline Cibelle Moreira, Diogo Reis Correia, Lucas Matos Rodrigues, Lucimara Sousa Brito e Samille Maria Mota Silva, graduandos(as) do curso de Gestão Pública e Desenvolvimento Regional da Universidade Federal do Oeste do Pará (UFOPA), no âmbito de Práticas Integradoras de Extensão (PIEX V e VI).

PROJETO: DESAFIOS NO ACESSO À SAÚDE BÁSICA NAS COMUNIDADES INDÍGENAS DE SANTARÉM (PA)

Desenvolvido por Diego Araújo Dos Reis, Haiax Cauã Gomes Queiroz, Joana Dos Santos Nascimento, Júlia Cavalcante Holanda, Livia Roberta Melo, Nívea Suzane Lopes e Raíssa Amanda Neves De Amorim, graduandos(as) do curso de Gestão Pública e Desenvolvimento Regional da Universidade Federal do Oeste do Pará (UFOPA), no âmbito de Práticas

Integradoras de Extensão (PIEX V e VI).

PROJETO: ACESSO À DOCUMENTAÇÃO BÁSICA: CAMPANHAS DE EMISSÃO DE RG, CPF E CERTIDÕES PARA POPULAÇÕES EM SITUAÇÃO DE VULNERABILIDADE

Desenvolvido por Ruama Thaiza Sousa da Silva, João Pedro Munhoz dos Santos, Emanuel Tiago Sousa dos Santos e Gelmy Isaque João, graduandos(as) do curso de Gestão Pública e Desenvolvimento Regional da Universidade Federal do Oeste do Pará (UFOPA), no âmbito de Práticas Integradoras de Extensão (PIEX V).

Ideias que transformam

Projetos de Intervenção em Gestão Pública na Amazônia

